

Ceuta e Melilla nos limites da «fortaleza europeia»

Sílvia Lima. IEEI

Para milhares de migrantes vindos da África subsariana, Melilla e Ceuta - duas cidades geograficamente situadas em Marrocos, mas sob soberania espanhola desde o século XVI – são a porta de entrada para o «sonho europeu». Fogem da guerra, da pobreza e da perseguição política ou, simplesmente, da ausência de perspectivas. Muitos viajam há vários anos, milhares de quilómetros, para trabalhar na Europa. Mas esta última etapa das suas longas jornadas, é, talvez, a mais frustrante. O continente europeu, à distância de escassos metros, está cercado de muros e leis.

Erguer muros contra a migração

O reforço das medidas para combater a entrada ilegal de migrantes na Europa não é de agora, mas o aumento da pressão migratória dos últimos anos está a agravar a situação. Espanha, ligada ao continente africano pelo Estreito de Gibraltar e pelos dois enclaves em solo marroquino, representa um *hall* de entrada da Europa para os migrantes subsarianos. Conhece, por isso, a dimensão do crescimento da pressão migratória daquele continente.

Os últimos episódios a demonstrá-lo foram as avalanches humanas sucessivas, entre finais de Setembro e inícios de Outubro, que tentaram ultrapassar o cerco de Melilla. No balanço destas investidas contam-se seis migrantes falecidos sob as balas da guarda nacional marroquina, e dezenas de feridos, entre os quais guardas nacionais espanhóis. A medida imediata das autoridades espanholas foi o reforço do perímetro fronteiriço dos enclaves de Melilla e Ceuta: a altura das vedações será aumentada e irão instalar-se câmaras de visão nocturna e sensores capazes de detectar pessoas a dois mil metros de distância. Um investimento que irá rondar os 28 milhões de euros.

Medidas como estas visam desmotivar as tentativas cada vez mais frequentes de escalar os muros de arame farpado que delimitam aqueles enclaves. Só desde o início deste ano, 12 000 pessoas tentaram entrar naquelas duas cidades sob soberania espanhola e segundo a Comissão Europeia, mais de 30 000 migrantes estão ainda na Argélia e Marrocos à espera de entrar em Ceuta e Melilla.

Várias centenas conseguiram passar nas últimas semanas, avolumando a quantidade de pessoas que os centros de acolhimento temporário (CETI) albergam. O de Melilla, construído para suportar 480 pessoas, acolhe neste momento mais de mil e cem. Para aliviar estes centros, as autoridades têm reconduzido os migrantes para outros em Espanha. Mas para quase todos os migrantes, sem quaisquer documentos e sem preencher as condições necessárias para a obtenção de asilo, o desígnio que os espera é o mesmo: o repatriamento ou a expulsão do país.

A situação é de tal forma preocupante, que só agora a Espanha se sentiu compelida a accionar um acordo que assinou com Marrocos em [1992](#), deportando para este país os nacionais de países terceiros que entraram ilegalmente em território espanhol a partir das fronteiras marroquinas.

Uma atitude que foi já condenada pelas ONG de defesa dos Direitos Humanos. A [Amnistia Internacional](#) acusou Espanha de estar a violar o art.º 3 da Convenção Europeia de Direitos do Homem, que determina que nenhum ser humano “deverá ser submetido à tortura ou a tratamento ou pena desumana ou degradante”. Como muitos dos migrantes subsarianos provêm de países onde estas práticas são recorrentes, a Amnistia Internacional acusa o governo espanhol de violação daquele tratado internacional.

Do lado marroquino, a forma de resolver o problema tem sido a detenção e o abandono de grupos de migrantes no deserto junto à fronteira com a Argélia e a Mauritânia. Em 2001, o número de detenções de migrantes subsarianos pelas autoridades marroquinas rondou 7 mil, na sua maioria pessoas oriundas da Serra Leoa, do Mali e do Senegal (dados da OIM, [World Migration 2005](#)).

Artigos relacionados:

[As reacções políticas e a opinião pública](#)

[Recursos úteis](#)